Terca-Feira, 09 de Setembro de 2025

Galípolo é aprovado em comissão do Senado para presidência do Banco Central

POR UNANIMIDADE

Terra

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira, por unanimidade, a indicação do diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, para a presidência do BC a partir de 2025, após uma sabatina tranquila com quase quatro horas de duração.

Ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda e indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para substituir Roberto Campos Neto no comando do Banco Central, Galípolo foi aprovado com 26 votos favoráveis no colegiado.

A análise final será feita em votação no plenário do Senado em sessão prevista para a tarde desta terça-feira.

Em uma sabatina que transcorreu sem embates, Galípolo foi questionado mais de uma vez sobre riscos de o governo exercer influência sobre a condução da política monetária após sua posse, mas respondeu que nunca foi pressionado no cargo e recebeu liberdade total para atuar no BC.

"Toda vez que me foi concedida a oportunidade de encontrar o presidente Lula, eu escutei de forma enfática e clara a garantia da liberdade na tomada de decisões e que o desempenho da função deve ser orientado exclusivamente pelo compromisso com o povo brasileiro", disse.

Ele afirmou que no atual cargo de diretor já votou por corte, manutenção e alta de juros, e argumentou que isso não é sinal de coragem porque nunca sofreu qualquer tipo de pressão do governo.

Na sessão, Galípolo ressaltou as preocupações do BC com fatores que impactam a inflação, reafirmando recomendações de cautela na condução dos juros básicos, atualmente em 10,75% ao ano após a autoridade monetária reiniciar um ciclo de elevação na Selic.

Para ele, o atual cenário com surpresas positivas na atividade, desancoragem das expectativas de inflação e câmbio mais desvalorizado demandam prudência na atuação da autoridade monetária.

Na visão do diretor, os sinais econômicos apontam para uma desinflação mais lenta e custosa, sendo função do BC ser mais conservador para garantir que os juros estejam no patamar necessário para se atingir a meta de inflação.

"Ainda tem uma desancoragem que nos incomoda e que, em conjunção com as diversas variáveis, expectativas desancoradas, mercado de trabalho mais apertado, condições que parecem mais adversas, um câmbio que parece permanecer em um patamar mais desvalorizado do que um tempo atrás e uma economia

que vem surpreendendo, crescendo acima das projeções originais, é recomendada essa maior prudência do ponto de vista da política monetária", disse.

O diretor afirmou que o trabalho da autarquia é buscar a meta de inflação definida pelo governo eleito e que o BC tem sido inequívoco na busca pelo atingimento do alvo. Galípolo acrescentou que a meta é de 3% e que a margem de tolerância de 1,5 ponto percentual serve para absorver choques eventuais, não para reduzir o esforço da política monetária.

Ele ainda destacou que o Brasil é hoje reconhecido por sua estabilidade monetária e financeira e acrescentou que os núcleos de inflação no país nos últimos 12 meses ficaram em níveis comparáveis aos de economias estáveis como Estados Unidos e Reino Unido.